

MULHERES NEGRAS & MITOS RACIAIS HEGEMÔNICOS

Sandra Maria Cerqueira da Silva¹

Janja Araújo²

RESUMO:

As mulheres negras representam o recorte da população que pior vivencia os impactos e efeitos desastrosos das diferentes desigualdades, características do tecido social brasileiro. Prevalece, em todo o país, principalmente sob o amparo da estrutura política atual, o forte anseio de branqueamento progressivo da população. Para tanto, além de desejar, grupos hegemônicos orientam e agem, através do genocídio da população negra, e, sobretudo, dos jovens e mulheres negras, na expectativa de que as pessoas negras, como um todo, desapareçam. Este artigo, pautado na estratégia epistemológica da Escrivência de Conceição Evaristo, tem por objetivo provocar deslocamentos e desconfortos, além de somar aos condutores da promoção de transformações do contexto desumano no qual experimentaram a vida nossa ancestralidade, e, como sobrevivem, ainda hoje, a maioria das mulheres negras no país. Uma das principais condições para mudança efetiva desse contexto é a presença negra nos espaços de poder e, sobretudo, na esfera política. É preciso apresentar novos retratos. Descolar a imagem das mulheres negras dos processos impostos de inseguranças, em especial a alimentar, além das demais causas de adoecimentos - diante da imposição da miséria, da inação diante dos indicadores alarmantes em relação ao feminicídio e da falta de perspectiva de vida. É tornar comum imagens que retratem as mulheres negras em suas potencialidades, acolhendo nossos encaminhamentos para o Bem Viver.

Palavras-chave: mulheres negras; sindemia do COVID-19; genocídio da população negra; população negra na política

ABSTRACT:

Black women represent the section of the population that experiences the worse impacts and disastrous effects of different inequalities, characteristics of the Brazilian social fabric. Prevails

¹ Doutora (2016) pelo Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1994) e Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Atualmente é Assessora Especial de Políticas Afirmativas - Analista Universitário e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana. Professora Assistente e Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração da Faculdade Anísio Teixeira. Cô-Fundadora e Pesquisadora em Gênero e Raça GENERA. Pesquisadora Associada Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) - FFCH/UFBA.

² Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo/USP e Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela PUC/SP. É Líder do Grupo de Pesquisa NEIM-Gênero, Arte e Cultura (UFBA/CNPq) e pesquisadora do A Cor da Bahia - Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia (UFBA). Tem trabalhos na interface dos estudos sobre gênero, raça, cultura e desenvolvimento. Também desenvolve pesquisas sobre ações afirmativas em educação e cultura afro-brasileira com foco nos estudos sobre capoeira, cultura e religiões de matrizes africanas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Doutorado em Difusão do Conhecimento/DMMDC-UFBA. Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC (2023-2027). Mestre de Capoeira Angola, é co-fundadora e coordenadora do Instituto Nzinga e Estudos da Capoeira Angola e Tradições Educativas Banto no Brasil/INCAB..

throughout the country, mainly under the protection of the current political structure, the strong desire for the progressive whitening of the population. To this end, in addition to wishing, groups hegemonic forces guide and act, through the genocide of the black population, and, above all, of young people and black women, in the expectation that black people, as a whole, disappear. This article, based on the epistemological strategy of Conceição Evaristo's Writing, aims to provoke displacements and discomforts, in addition to adding to the drivers of promoting transformations of the inhuman context in which our ancestors experienced life, and, as they survive, even today, the majority of black women in the country. One of the main conditions for effective change in this context is the black presence in spaces of power and, above all, in political waiting. New portraits need to be presented. Detach the image of black women from the imposed processes of insecurity, especially food insecurity, in addition to other causes of illness - in the face of the imposition of poverty, inaction in the face of alarming indicators in relation to femicide and the lack of perspective in life. It is to make common images that portray black women in their potential, welcoming our guidance for Good Living.

Keywords: black women; COVID-19 syndemic; genocide of the black population; black population in politics

Vozes-Mulheres – Conceição Evaristo

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Não recortamos estas palavras de forma ingênua, mas escolhemos destacar esse texto de Evaristo (2017) porque esta narrativa coincide com nossas leituras do caminhar e avanços nas gerações de pessoas pretas, os nossos anseios e ou percepções. O poema foi escolhido dada a pertinência para abrir a discussão que propomos; para nos auxiliar a refletir sobre nossas experiências e inquietações. Este é um dos nossos objetivos com esta escrevivência, provocar deslocamentos e desconfortos, enquanto condutores da promoção de transformações do contexto desumano no qual experimentaram a vida nossa ancestralidade, e, como sobrevivem, ainda hoje, a maioria das mulheres negras.

A estratégia de Escrevivência - uma rica oferenda na encruzilhada da escrita - ofertada por Evaristo, corresponde a um ressoar de possibilidades. Ela nos permite identificar nosso sentir e até desenhá-lo de forma particular. Evaristo (2020) registra:

“Ninguém chora diante de um dicionário e as palavras estão lá, arrumadas bonitinhas. Mas elas só ganham sentidos, elas só te tocam se você transformar em uma vivência possível, que você já observou, ou até em uma ficção”. Ao abraçar esta forma de expressar, as emoções que as mulheres negras experimentam, por vezes sob imposição do se aquietar, encontram lugares para o acolhimento. Também, não serão lidas como “mi mi mi”, mas absorvidas com o devido respeito que nossas experiências requerem. Creio que toda possibilidade – por vezes uma novidade para pessoas negras e pretas – deva ser acatada. São inúmeras as oportunidades retiradas, extraviadas ou sufocadas. Que usemos desde as ínfimas, até as grandes desobediências, desde que estas nos façam ou permitam nos sentir pertencentes, até que seja “natural” estar e vivenciar a produção do conhecimento a partir de lógicas e caminhos próprios. Até que nos seja leve experimentar o mundo! Como na poesia de Viviane Mosé (2021):

*A maioria das doenças que as pessoas têm são poemas presos, abscessos,
tumores, nódulos, pedras.
São palavras calcificadas, poemas sem vazão.
Mesmo cravos pretos, espinhas, cabelo encravado, prisão de ventre,
poderiam um dia ter sido poema, mas não.
Pessoas adoecem da razão, de gostar de palavra presa.
Palavra boa é palavra líquida, escorrendo em estado de lágrima.*

Ou seja, até que seja possível respirar e vivenciar estar distante do conjunto das sensações provocadas pela conjugação do racismo, do sexismo e do cisheteropatriarcado, os quais produzem, sobre as mulheres negras, uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, conforme Carneiro (2019) descortina.

As desigualdades raciais e sociais estão presentes em todas as nações, são identificáveis em ações discriminatórias e se apresentam sob diferentes formas, ferindo aos direitos humanos. No Brasil, o processo de escravização e o “pós-abolição” – que, em verdade, está em curso - deixaram sequelas que perduram até os dias de hoje. O cotidiano brasileiro é permeado pelo racismo e o sexismo, entranhados de forma estrutural no desenho social do país. Diariamente precisamos identificar e/ou expurgar readequações das lógicas excludentes impostas às pessoas negras. Elas seguem em direção diametralmente oposta aos valores da vida.



As formas estruturais racistas e excludentes senhor / senhora - escrava (o) persistem. Isto onera particularmente as mulheres negras, que sempre trabalharam de forma e em volume que estão em desacordo com condições humanas dignas. As pessoas negras, em função dos mecanismos excludentes da colonialidade, são apontadas por quem detém o poder, como pessoas “indesejáveis”. Devido a esse entendimento, são ‘empurradas’ para sobreviverem em condições precárias. Condições estas exponencialmente agravadas e desveladas com a dita “pandemia” do COVID-19, a partir de 2020. Grifamos entre aspas por não reconhecermos como pandemia o que o tecido social brasileiro enfrentou nos anos de 2020 e 2021, mas sim, como uma Sindemia³. Naqueles anos, e por todo o mundo, as populações viveram uma experiência de crise sanitária grave, com o vírus (SARS-CoV-2), mais conhecido como Coronavírus.

No Brasil, durante aqueles dias tenebrosos, se de um lado explodiram casos de Coronavírus, de outro, havia inúmeras pessoas atingidas por uma série de doenças não transmissíveis, sobretudo as emocionais. Estas doenças somavam com outros elementos que oneram as condições de vida e interagem, diante de contextos sociais e ambientais caracterizados por profundas desigualdades econômicas e sociais.

O antropólogo e médico americano Merrill Singer (1994) explica que Sindemia se refere a um conjunto de problemas de saúde interligados, quadro que espelha o retrato da população em situação de vulnerabilidade brasileira. Ou seja, durante aquele período, aconteciam simultaneamente interações biológicas, sociais e econômicas, dentre o recorte empobrecido da população, o que caracteriza uma Sindemia. O que atingiu diretamente as mulheres negras, uma vez que estas correspondem ao maior contingente de pessoas em situação precária de vida.

No caso brasileiro, em particular, acompanhamos várias complicações interconectadas e que seguem intervindo de maneira sinérgica e concorrem para a carga excessiva de adoecimento da população, sobretudo para as pessoas negras, particularmente para as mulheres negras, em maior número dentre as pessoas desempregadas ou em situação precária de trabalho. Assim, diante das marcantes desigualdades que assolam a grande maioria da população brasileira, a Sindemia se conformou de forma mais agressiva.

³ Termo criado por Merrill Singer (1990), a sindemia é definida como quando duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças.

A covid-19 funciona como um espelho. Nele ficaram refletidas as crises do que Grosfoguel (2005) chama de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”, ou o que é reconhecido mais amplamente como “sociedade”, quando deveriam ser chamadas de sociedades, vez que são diferentes formas de agrupamento, acessos e mobilização dentre estes grupos em condições bem desiguais de experimentar a vida. Assim, conforme identifica Merrill Singer (1994), diferente de ondas mecânicas, que não transporta matéria, apenas energia, o espelhamento produzido pela COVID-19, e seus efeitos deletérios, funciona como as ondas do mar, que se propagam inclusive nos locais mais rasos. Com isto, potencializa os efeitos e impactos das desigualdades e faz com que os sintomas das doenças que já atingiam a população empobrecida, ‘ganhe’ contornos reforçados, se destaquem e oprimam com violenta intensidade as pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Sindemia estremeceu e rachou estruturas e instituições já combalidas, por diversas circunstâncias violentas e de trato desigual, o que resultou no acúmulo de responsabilidades relacionadas ao cuidado demandados às mulheres, em especial, as mulheres negras, quase sempre, na base da pirâmide social. Com o devastador processo sindêmico nos foram impostas mais responsabilidades com o trato, e o cuidar de outrem.

Oriundas dos processos colonizadores, no caso do Brasil, desde os sequestros das pessoas negras, trazidas do Continente africano, com o tráfico transatlântico para a escravização e seus resquícios, a exemplo, as inegáveis e brutais violências vivenciadas entre os séculos XVI e XIX, que marcam a nossa trajetória ancestral, familiar e individual, foram criadas as marcas e todas as lógicas relacionadas ao cuidado, como obrigação e que foram e estão coladas e ou associadas à imagem da mulher e ao feminino. Imbricação que por si só, dentre outras formas de exploração, como a trabalho não remunerado, outra vez, onera nossas vidas. Como resultantes destes processos, com os devidos ajustes para manutenção desta ordem, via colonialidade, a maioria das mulheres negras brasileiras são mantidas como beneficiárias de medidas assistencialistas, o que estabelece alguma condição de sobrevivência, diante das diferentes frentes de situação de vulnerabilidade.

A organização de mídia Gênero e Número em parceria com a Sempre Viva, Organização Feminista (SOF, 2020) realizaram e divulgaram uma pesquisa: “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, a qual revela como àquela crise da saúde

e o isolamento social incrementaram as desigualdades nas tarefas relacionadas ao cuidado para as mulheres. De acordo com o relatório da SOF (2020):

Além do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados em suas próprias casas, as trabalhadoras domésticas são também as responsáveis por realizar o trabalho doméstico mal remunerado em casas de classes média e alta. Em 2008, a cada 100 mulheres negras trabalhadoras no Brasil, 22 eram empregadas domésticas; dez anos antes, eram 48. E em 2013, a luta das trabalhadoras domésticas organizadas garantiu, ainda que no papel, direitos trabalhistas à categoria. Apenas em 2013 e apenas no papel. Durante a pandemia de COVID-19, o trabalho doméstico remunerado foi considerado serviço essencial, afinal, mesmo no isolamento social as classes médias e as elites não poderiam cuidar das próprias crianças ou limpar a própria sujeira. Uma alegoria do quanto o colonialismo e o sistema escravagista ainda vicejam entre nós.

O volume de trabalho sempre foi exorbitante, conforme demonstram as produções denunciativas de intelectuais negras como Beatriz Nascimento (1976), Lélia Gonzalez (1984), Carneiro e Santos (1985), Luiza Helena de Bairros (2000), Sueli Carneiro (2000), Ângela Yvonne Davis (2016), dentre várias outras.

Com base ainda nos dados do relatório SOF (2020), com a “crise do cuidado”, o não acesso à renda e mais a sobrecarga de trabalho se sobrepõe para as mulheres. Desde o desencadear da crise da Covid-19, metade das brasileiras passou a cuidar de alguém durante a Síndemia. Neste contexto, entre as mulheres negras, uma a cada 7 teve que “empreender”, para se sustentar. Uma realidade que já nos é velha companheira. As mulheres, em especial as mulheres negras - cuidam de idosos, crianças (os próprios filhos e crianças no local de trabalho), pessoas amigas, e pessoas com deficiência (PCDS), além de lares, atuando como domésticas.

Diante da realidade apresentada, pela qual as mulheres negras, muitas destas mães de família, e que já estavam desempregadas ou em subempregos, os desafios - que já eram imensos - para garantir o básico como alimentação e teto, se tornaram quase sempre inalcançáveis. Por vezes estas mulheres precisavam se expor em filas, ou seja, aglomerações – que contrariavam a ordem geral de precaução ao vírus COVID-19 - que representavam risco de morte, além da humilhação e degradação. No entanto, não haviam alternativas para acessar assistência e até a imunização. São estas as estruturas institucionais disponibilizadas para quem mais precisava e ou depende dos benefícios assistenciais, diante do fragilizar constante da dignidade dessa população.

Ou seja, em decorrência da situação crítica sindêmica, alavancando o já elevado índice de desemprego no país, o volume de pessoas que já trabalhavam em condições precárias foi multiplicado. E, com isto, também foi ampliado o número de pessoas em condição de insegurança alimentar, alcançando o alarmante índice de mais de 60 milhões de famintos, em 2022, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022). As condições desafiadoras de vida já eram noticiadas um ano antes, conforme matéria publicada pela Agência IBGE de Notícias (2021), cujos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) demonstram que:

A taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% no ano passado, a maior da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. As maiores taxas foram registradas em estados do Nordeste e as menores, no Sul do país. [...] No intervalo de um ano, a população ocupada reduziu 7,3 milhões de pessoas no país, chegando ao menor número da série anual (86,1 milhões). Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%. [...] A PNAD Contínua também mostra diferença na taxa de desocupação de homens e mulheres no quarto trimestre de 2020. O percentual foi de 11,9% entre os homens e 16,4% entre as mulheres. Já entre as pessoas pretas, a taxa foi de 17,2%, enquanto a dos pardos foi de 15,8%, ambas acima da média nacional (13,9%). Já a taxa dos brancos (11,5%) ficou abaixo da média.

A Sindemia do Covid-19 afetou de sobremaneira o mercado de trabalho. Estes dados revelam como na sindemia o aumento da taxa de desocupação recaiu sobre as pessoas negras e, outra vez, de forma crítica, sobre e entre as mulheres negras, em sua maioria, chefes de família. Estes dados espelham, também, alguns dos efeitos das desigualdades regionais, raciais e de gênero.

A então propalada “pandemia”, ao chegar ao país, revelou ou evidenciou as diversas faces excludentes, algumas antecipadas, dados os diferentes contornos de desigualdades prevalentes no país, com suas grandes diferenças regionais, sociais e econômicas, favorecendo diferentes crises, como crises econômicas, a crise sanitária, a crise social, a crise política, dentre outras.

As mulheres negras também representam o recorte da população que pior vivenciam os impactos e efeitos desastrosos destas desigualdades. Muitas destas mulheres já estavam invisibilizadas, por duas condições em particular, a de serem negras



e pobres, para as quais, desde a própria concepção e até a idade anciã, os direitos humanos lhes são negados. Isto é violento e adoece.

Assim, é preciso apresentar um novo retrato ou transformar os quadros que retratam estas mulheres, em seus processos de fome e adoecimentos, diante da imposição da miséria e da falta de perspectiva de vida. Simultaneamente é preciso apontar caminhos para transformar essas realidades, oferecendo possibilidades de novas formas comunitárias de vida, pautadas na solidariedade, na afetividade e no amor. Um ponto mirado, para o qual possam efetivamente caminhar, usando o que está disponível, além do que conseguem forjar, através dos recursos e tecnologias avançadas ancestrais para a manutenção da vida, que os nossos elaboram e que seguimos construindo e implementando. Uma visão que imposição e ‘privilégio’ faremos a partir das margens e que suleia como chegar e revolver os centros. Aqui pensamos em andanças e caminhares que não devem ser solitários, uma vez que os objetivos e necessidades são amplos, longos e de difícil acesso, quando não estão entre altas e reforçadas muralhas. Algo é primordial neste seguir: um olhar afetivo desde si e para com os seus, espriado pela e para a comunidade.

Assim, no sentido de estabelecer de dizer para estas mulheres que nós a vemos, de estabelecer, como é possível, vínculo com as mulheres negras e demais pessoas sensíveis à necessidade de revisão das formas de acolher a diferença. Também de olhar para as mulheres negras e os diferentes percursos pelos quais produzem conhecimento, sobretudo as que têm seus feitos apagados, além do firme propósito de somar na construção discursiva de identidades sociais, utilizamos neste texto a linguagem feminina. Isto, por compreender que as humanidades necessitam incorporar diferentes formas de cooperação e acolher todas as possibilidades de singular interação, Para além do apagamento de gênero, no livro *Language and Woman's Place* Robin Lakoff (1973) argumenta que nós mulheres temos um estilo conversacional. E, ao empregá-lo, privilegiamos a cooperação, a afiliação e a deferência entre as/os interagentes. No entanto, o nosso fazer acaba por nos desempoderar em interações com homens, que primam pela competitividade e poder em sua forma de falar.

Mulheres Negras Empobrecidas & Sobreviventes Em Uma Sindemia

O amor, o afeto, e o ser cuidada são sentimentos e sensações negadas para a maioria das mulheres negras. Enquanto escravizada, de acordo com Davis (2016) as mulheres negras experimentaram a igualdade de condições com os homens. Isto vale para as cobranças, quanto ao volume de produção, na força de trabalho requerida, nas surras que levavam, muitas das quais seguidas de morte – ainda que na reta final de gestações-. Tudo isto com agravantes, dado o predomínio de múltiplas violências à àquelas mulheres, pela exploração do sexo, múltiplos estupros, reprodução forçada e impedimentos da lactação.

São muitas as demonstrações de que o pós-abolição continua em curso. Hoje assistimos a novas formas de escravização, como o impedimento de empregadas domésticas voltarem para suas casas durante a sindemia do covid 19, conforme matéria do Metrôpoles (2021). As pessoas negras, sobretudo as mais retintas, seguem sendo excluídas do mercado de trabalho, e particularmente às mulheres negras, que ficaram restritas, em sua maioria, aos serviços domésticos. Araújo (2017. p. 9) descreve o contexto das mulheres negras no pós abolição:

Sendo mulheres trabalhadoras realizavam atividades domésticas como também distintas atividades econômicas executadas em vias públicas (ou a partir delas), como vendedoras, carregadoras, floristas, marisqueiras e pescadoras, floristas, fateiras, costureiras, bordadeiras, prostitutas, entre outras, expondo-as a situações de permanentes tensões e ampliadas pela quebra do decoro moral na forma de ser mulher.

Essas mulheres permanecem alvo de violências e estupros no trabalho. A estrutura do capitalismo avança, no pós-abolição, reforçando as proposições excludentes e indignas originadas com o estabelecimento de políticas afirmativas de imigração para a mão-de-obra branca assalariada, não incluindo a população negra. Desde aquele momento, a estruturação do mercado de trabalho foi desigual. Desde então, os contextos desiguais somente são ampliados. As formas para apartar as pessoas negras de melhores condições de vida são remodeladas e continuamente reajustadas, criando mecanismos de adaptação ao famigerado mito da democracia racial para manutenção dos privilégios de grupos específicos. Isto inclui a possibilidade da dupla nacionalidade das famílias brancas imigrantes beneficiadas com as ações afirmativas do Brasil do pós 13 de maio. O que gera a institucionalização da desigualdade racial na estrutura política do país. A www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932 Vol 11, N2 - jul – dez/2023 e112230222

institucionalização de condições precárias de trabalho daquele momento, reflete nos dias de hoje, e, por vezes, é revista dentro de um projeto maior de Colonialidade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) estima que a população brasileira esteja hoje em 215 milhões de pessoas. Destes, 56,2% corresponde à população negra, conforme site do EDUCA.IBGE (2023). As mulheres negras representam 28% da população brasileira, aponta o site da Agência Brasil (2023). De acordo com o IPEA (2021), os “lares brasileiros, cada vez mais, estão sendo chefiados por mulheres.” De acordo com o órgão, quase metade das famílias brasileiras, 47,5%, já são chefiadas por mulheres. Do universo de 20,65 milhões de lares que recebem o mínimo de R\$ 600 (seiscentos reais), do Programa permanente de transferência de renda, as mulheres correspondem a 81,6%, conforme as informações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério da Cidadania (SENARC, 2023). A Secretaria informa que 16,85 milhões de residências - nem sempre são lares! - são chefiados por mulheres. Em 2016 o Portal Geledés (2023) trouxe a informação de que, dentre as mulheres chefes de família, as mulheres negras com filhos já ultrapassaram a casa dos 55%.

O número de mulheres negras que chefiam famílias também cresceu: 51,1%. Em 2009, as famílias do tipo casal – com e sem filhos – cuja chefia era feminina, já alcançavam 26% do total daquelas chefiadas por mulheres. As famílias chefiadas por mulheres negras são maioria entre aquelas dos tipos “casal com filhos” e “mulher com filhos”: respectivamente, 52,4% e 55,2% do total das famílias de chefia feminina.

A grande questão que se impõe é transformar as condições em que estas mulheres negras assumem a missão de chefiar lares. As desigualdades raciais e de gênero, expostas nos indicadores sociais, se traduzem, na contemporaneidade, em situações indignas, conforme os dados revelam e denunciam, mais até que informar. Para além do desemprego, da fome, da falta de uma casa e demais estruturas básicas de sobrevivência, as mulheres negras lidam diariamente com diferentes condições estressantes e diferentes conformações de luto (Silva, 2022). São muitas as perdas, para além das circunstâncias em que o foco fica na morte de um filho, uma (um) companheira (o), sobrinhos e ou netos - sobretudo, diante do genocídio dos jovens negros. É preciso olhar para o que ocorre com uma mulher negra que teve um ente familiar brutalmente assassinado e precisa seguir. A vida não para! Em geral há outras “bocas por alimentar”. Não há tempo ou condição para que esta mulher possa viver o luto e se refazer. Elas têm de seguir sendo “fortes” e garantir

a subsistência de si e de todas as outras bocas que dependem das suas horas-vida expropriadas de trabalho sem descanso ou a remuneração devida, além da precarização das condições de realização.

Das desnecessárias mortes aos assassinatos filmados

O ‘ser forte’ de que tratamos na seção anterior foi forjado no contexto escravista de exploração da força de trabalho e animalização das pessoas escravizadas. Outra vez, precisamos encorpar os valores relacionados às mulheres negras, naquela oportunidade, adjetivadas de forma pejorativa como “mulas” - daí o termo mulata. Este ‘adjetivo’ continua sendo reclamado para justificar a cobrança por produtividade e a resposta ao sobreviver sem condições para refletir sobre o que é a própria vida. Enquanto isso, enterra os seus. Por vezes, sem sequer se despedir ou velar. Conforme dados do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID, 2023), criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mais de 54,32% das pessoas desaparecidas no Brasil são pretas ou pardas. Destas, 60,85% são do “sexo masculino”. O órgão registra que há casos de pessoas que não são vistas pelos familiares há décadas.

Esse extrato das violências decorrentes do racismo cotidiano a que estão submetidas as mulheres negras adoce e mata. Adoece, sobretudo, em aspectos emocionais, o que, por vezes, não pode ser vista, e, portanto, é negada. Como por exemplo, o racismo presente - e facilmente detectável, conforme os números mencionados neste texto - nas instituições que deveriam existir para, dentre outras ações, combater atitudes violentas, como é o caso da atuação das forças de repressão do estado. São inúmeras as situações marcantes e adoecedoras, sobretudo para as mulheres negras, resultantes da ação; da pouca e ou da inação do estado, diante dos alarmantes indicadores da violência e das mortes de pessoas negras, em especial, dos jovens negros diariamente, conforme recortamos alguns casos:

No dia 25 de maio de 2020, em meio à sindemia da covid-19, no estado de Minnesota, um homem negro foi brutalmente asfixiado, conforme foi noticiado nos mais diversos veículos de massa, inclusive no Brasil de Fato (2021). O policial que o rendeu manteve-se ajoelhado sobre seu pescoço até que ele não mais pudesse respirar. Enquanto era sufocado repetidamente, George Floyd balbuciou: “Não consigo respirar”. Ele clamou pela vida, ao dizer: “Não me mate”. O vídeo mais amplamente divulgado tem absurdos

dez minutos!!! Nele é possível acompanhar que os policiais também ignoraram os gritos das pessoas nos arredores que presenciaram a abordagem abusiva. Algumas pessoas avisaram: “o nariz dele está sangrando”, enquanto outros suplicavam: "saia do pescoço dele", reforçando que ele estava completamente imobilizado no chão, conforme matéria do Brasil de Fato (2021).

No mês seguinte, o *Brasil de Fato* (2021a) noticia mais um crime bárbaro. Em 2 de junho de 2020, um menino de 5 anos, Miguel Otávio Santana da Silva foi deixado sozinho em um elevador pela patroa da sua mãe. Ele caiu do 9º andar de um prédio em um condomínio de luxo, no Recife (PE). A mãe dele, empregada doméstica que trabalhava no prédio, do qual Miguel caiu, Mirtes Renata Santana de Souza, havia deixado a criança sob os cuidados da patroa, Sarí Côrte Real, enquanto cumpria o ‘trabalho’ de passear com o cachorro da família dos chefes. A patroa havia se comprometido em ficar com a criança. Miguel não ficou bem sem mãe, quis ir ao seu encontro. A então patroa permitiu que ele entrasse no elevador sozinho. Ao chegar ao 5º andar, de acordo com a mesma fonte, ela apertou o botão do último piso, mesmo ciente de que a criança buscava o térreo. E o deixou sozinho dentro do elevador.

Após a entrada de Miguel no elevador, registra o *Brasil de Fato* (2021a), a então ex-primeira dama⁴ voltou ao apartamento para continuar a ser atendida por uma manicure. O menino, uma criança de cinco anos, apertou outros botões aleatoriamente. Também aleatoriamente desceu no 9º andar, de onde cairia acidentalmente para a morte minutos depois, de uma altura de 35 metros. As raízes escravocratas explicam muito do ocorrido neste caso. Para além de outras mazelas do racismo, crianças negras não são reconhecidas como crianças.

Na noite da quinta-feira, dia 19 de novembro de 2020, as vésperas do Dia da Consciência Negra, um homem negro, João Alberto Silveira Freitas de 40 anos, foi espancado de forma bruta e até a morte por dois homens brancos, conforme foram amplamente divulgadas as filmagens na Internet – ver Carta Capital (2020), em uma unidade da rede de supermercado Carrefour, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A esposa do homem assassinado o acompanhava, eles estavam no mercado fazendo compras.

⁴ Sarí Corte Real é casada com Sérgio Hacker Corte Real, à época, prefeito de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco.

Segunda-feira, 26 de maio de 2021, o site do Jornal Correio (2021) noticia que na comunidade do Nordeste de Amaralina foram flagrados tio e sobrinho roubando carne no Atakadão Atakarejo. Tio e sobrinho, Bruno e Yan respectivamente, foram entregues a traficantes e executados após torturas. Bruno Barros, de 29 anos, e Yan Barros, 19, tentaram furtar quatro pacotes com 5 quilos de carne, pelo que foram condenados à morte.

Estes dois últimos relatos correspondem à amostras do volume corriqueiro de denúncias noticiadas a respeito de supermercados no Brasil. Atitudes racistas de exclusão e perseguição, além de maus tratos são registradas diariamente. Os supermercados e lojas também têm sido cenários de atos de violência praticados contra pessoas negras e por seus próprios funcionários. As câmeras não intimidam as pessoas agressoras. Seja na América do Norte ou na América do Sul, se tornou lugar comum o acesso a filmagens de mortes violentas. Em comum a todas estas gravações está a cor da pele das pessoas vitimadas, e o ódio, traduzido na violência exacerbada como os assassinatos ocorrem.

Em todos os casos aqui relatados mulheres negras “expostas” assistiram, seja de forma presencial ou através de gravações, a vida de seus entes serem tiradas. Para Araújo (2017), mulheres “expostas” são as mulheres que, devido à dificuldade de acessar instituições que lhes garantam a atenção aos direitos humanos, têm “nos espaços das ruas, nos cenários públicos, as suas formas de resistir sendo mulheres”, como é o caso das mulheres na capoeira angola (p. 9). Também doloroso para estas mulheres negras é acompanhar, exceto pelo caso de Minnesota, os processos caminharem lentamente e se aproximarem, cada vez mais, da impunidade. São circunstâncias que alimentam o sentimento de “asfixia social” que Suely Carneiro (2019) denuncia, os quais estrangulam as mulheres negras no país. A sensação de asfixia se propaga entre outras mulheres negras, conforme registra Silva, (2022). Ela relata em seu texto a ânsia de buscar ar, enquanto assistia ao assassinato. Também o sufocar adoece. E mata! São formas ‘sutis’ de morte matada lenta.

Dyane Brito dos Reis (2002) realizou uma pesquisa detalhada sobre a suspeição policial na cidade de Salvador. Em seus estudos ela aponta a imagem que a polícia constrói sobre o tipo social que considera suspeito, na maioria dos casos, identificados com o negro / mestiço. “Todo preto é suspeito” é o que encerra a pesquisa. A cientista social, a partir de relatos dos policiais entrevistados, registra: “A suspeição policial está

baseada em dois fatores fundamentais: marca biológica (aparência física e cor da pele) e marca social (as condições de vida da população, lugares de trânsito e moradia, etc.).”

Seriam necessárias muitas laudas, bastante tempo e blindagem emocional para mencionar a infinidade de casos de abusos de poder relatados em ações, conhecidas como “abordagens policiais”, por parte das secretarias de segurança pública. Várias destas ações culminaram em mortes. A todo dia e a todo o momento alguma pessoa negra está sendo assassinada, seja através de pequenos ‘cortes mutilantes’, seja através dos golpes com cassetetes, chutes e até tiros frontais, ou mesmo pelas costas. Tão letais quanto as mortes por armas e ou golpes, são as humilhações e os processos de subjugação aos quais a população negra e pobre é submetida. São as ‘pílulas diárias de cicuta’. Como dizem Arnaldo Antunes, Paulo Miklos e Sérgio Britto em Letras (2023) “Miséria é miséria em qualquer canto, riquezas são diferentes”.

Uma circunstância bastante peculiar diz da violência e morte de mulheres no país, particularmente das mulheres negras. De acordo com os dados e informações constantes do Mapa da Violência de autoria de Waiselfisz (2015), entre 1980 e 2013, o país contabilizou 106.093 assassinatos de mulheres. A vitimização de mulheres negras, que era de 22,9% em 2003, cresceu para 66,7% em 2013. Um aumento de 190,9% na vitimização dessas mulheres. Importante destacar que conforme registra o autor do mapa, “Perante a inexistência atual de dados ou fontes específicas, foi também necessário desenvolver uma metodologia para estimar os quantitativos de feminicídios no país”. Ou seja, mesmo diante de números impressionantes com relação ao número de pessoas negras assassinadas, não há meios sistematizados de registro e acompanhamento.

Somente no ano de 2020, conforme os Correios Braziliense (2021), durante o isolamento social imposto pela pandemia de covid-19, foram registrados 1.350 casos de feminicídio. De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados pela CNN Brasil (2023), a cada seis horas e meia, uma mulher é assassinada. A cada quatro vítimas de feminicídio, três tinham entre 19 e 44 anos. A maioria (61,8%) eram mulheres negras. E os agressores são pessoas conhecidas, companheiros ou ex-companheiros em 81,5% dos assassinatos, conforme site da CNN Brasil (2023).

Os relatos anteriores tiveram como objetivo apresentar algumas das circunstâncias que demonstram a quão subjugada está este recorte da população e, sobretudo, as mulheres negras brasileiras. Tomada pela necessidade de dar conta das inúmeras

demandas, essas mulheres só se darão conta das lesões quando o próprio corpo e ao emocional, em chagas, a forçar a parar.

Quando confrontadas pelos movimentos sociais, as respostas das pessoas que representam as organizações e instituições que concorrem para tais quadros de violências, ausência de respeito aos direitos humanos e não valor à vida, que impõe dor, quase sempre é uma carta aberta, nas quais, só alteram basicamente a data e o timbre. O tamanho descaso serve para exemplificar como o discurso e as práticas cotidianas organizacionais, governamentais e de grupos específicos operaram para manutenção de uma ordem racista e excludente, qual seja, manutenção da leitura de que para as pessoas negras está reservado o lugar da desaprovação, do silêncio, da humilhação, sujeição e servidão. Lugares de mando e liderança, do respeito e respaldo financeiro são para poucos, são espaços para homens e branco, em alguns casos, para mulheres brancas. Algumas pessoas não de se perguntar como é possível em um país de maioria da população negra e depois de mulheres, que tais situações se sustentem?

Na tentativa de esboçar algumas ideias, à guisa de pretensas respostas, a questões tão complexas quanto as relatadas, cremos ser importante relacionar alguns elementos que dão sustentação ao projeto genocida e o sistema de branqueamento da população em curso desde o “pós abolição”. O fato é que a alardeada abolição não resultou em reconhecimento da liberdade e da dignidade humana para pessoas e famílias pretas e negras marcadas pela humilhação, depois de sequestradas e das inúmeras tentativas de desumanização, por toda a vida, enquanto em solo e depois de pessoas brasileiras. Este projeto-sistema faz com que mais da metade da população não se veja representada nos principais espaços políticos e públicos, o que *per si* pode operar para a exclusão e ampliação de diferentes desigualdades, com ênfase para discriminações por raça.

Ocorre que, no Brasil, porquanto a mobilidade social dos brasileiros pode ser limitada por vários fatores, como gênero e classe, o racismo, contrariando todos os indicadores que demonstram a exclusão e falta de respeito aos direitos humanos para com as pessoas negras é considerada como algo que não existe. Se “não há racismo”, as reclamações neste sentido não se sustentam, seriam um problema menor e ou irrelevante. Ou como se reduz ainda mais, chamam de “mi mi mi” e ou vitimização os questionamentos relacionados ao preconceito e desigualdades étnico raciais. Essa leitura fantasiosa de harmonia entre as mais diferentes pessoas no país ocorre entre as pessoas

que não são atingidas, desde a própria concepção, por alternados níveis e formas de violência, preconceito e exclusões. Pessoas que não têm uma vida lastreada por limitações.

É corrente a atribuição às pessoas negras, e, em particular, ao movimento negro de uma “tendência obsessiva para se fazer de vítima”, o dito vitimismo. Em geral, o argumento é o de que pessoas negras esperam que as demais sintam “pena”, e, com isto, haverá de ceder ao padrão de comportamento daquelas. Seria, portanto, uma estratégia para manipular os outros, para o enfrentamento ou para chamar a atenção para si e para demandas próprias. Algo tão falacioso e insustentável quanto a noção de racismo reverso.

A lógica vitimista compreende que a pessoa entrega o seu poder pessoal para outrem e se sente ou se apresenta fraca, pequena, insuficiente para dar conta da sua própria vida, suas emoções, pensamentos, ações, sonhos e objetivos. Esta forma de se colocar criaria um sistema de dependências imaginárias e passaria a atribuir a responsabilidade dos seus resultados – especialmente quando são ruins – a fatores externos. Os hábitos que adquire e sustentaria a posição pessoal, nesta perspectiva, seriam os da justificação, ao culpar as vozes que colocam luz sobre os problemas. São argumentos que não encontram arcabouço prático na vida das pessoas negras, no geral, e, sobretudo, na vida marcada por “avenidas identitárias”⁵ opressoras das mulheres negras, conforme inúmeras pesquisas de intelectuais negras, como: Akotirene (2018); Araújo (2019); Lélia Gonzalez (1984); Luiza Bairros (2002); Sueli Carneiro (2019); Angela Davis (2016), dentre outras.

Mas, se assim o é, em verdade, a ‘estratégia’ até aqui não funcionou. Não reúne condições práticas para funcionar. Um olhar mais cuidadoso e com alguma boa vontade poderá demonstrar que os argumentos que classificam a luta pelos direitos das pessoas negras como “vitimismo” são desonestos, e, portanto, de frágil sustentação, dada a falta de fundamentação, para além dos muitos indicadores que revelam as contradições. Ao que se arvora enquanto fundamentação e / ou aos argumentos propalados, que não por acaso colocam a luta por direito das ditas “minorias” como vitimismo, além de fantasiosos e maldosos, ocultam uma face radicalmente conservadora, factível somente em países nos quais a atenção à iniciativas mínimas de realizações democráticas não foram

⁵ O conceito de “avenidas identitárias” foi elaborado por Kimberlé Crenshaw como uma analogia para explicar a interação entre as diferentes formas de opressão. Ver em: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.

implementadas e ou respeitadas, como o próprio Brasil e a perversa experiência com o governo federal dos anos 2018 a 2022.

Para manter a ordem das coisas e, com isto, a população negra em situações excludentes, é renovada com insistência e continuamente uma imagem do país como um país igualitário. Processo que ultrapassa as fronteiras locais. É imperioso que seja assim. Por aqui, enquanto as pessoas negras e pobres estão sendo dizimadas, e as mulheres negras são empurradas para as margens, os aparatos legais e instrumentos midiáticos, sobretudo, são amplamente mobilizados para propagar a ideologia de que se vive em um lugar onde pessoas de todas as raças convivem de modo harmônico. Argumentos que ‘caem por terra’, diante de qualquer um dos indicadores sociais. Mesmo assim, a área das ciências sociais, como já sinalizava Luiza Bairros (2002), ainda permanece mais refratária a reconhecer “o racismo como um elemento estruturante das relações estabelecidas na sociedade brasileira.”

Do exposto, como em um leque - que, infelizmente, sempre é possível de abrir mais-, identificamos processos contínuos para que pessoas negras, com destaque para as mulheres negras, não se sintam pertencentes a determinados lugares e ao mesmo tempo, presas no lugar da inferiorização e exclusão. Estes processos se revestem de lógicas e amarras complexas e de difícil identificação e combate, dado que são permeadas por sutilezas nas relações raciais e se reproduzem como em Hidra de Lerna⁶.

As sutilezas as quais nos referimos podem se apresentar através de violências estabelecidas via micro agressões cotidianas, ainda que sejam justificadas como “brincadeiras”. São circunstâncias de racismo recreativo, como definiu Adilson Moreira (2019), que atingem de forma profunda e duradoura as pessoas negras-alvo.

As construções de estereótipos negativos, presentes no racismo recreativo, influenciam no êxito pessoal e profissional das pessoas negras, particularmente, para as mulheres negras. Muitas vidas são ceifadas e paralisadas, já desde a infância, diante dessas adjetivadas “brincadeiras” e outras tantas violências simbólicas. O fato é que diante de circunstâncias inferiorizantes e preconceituosas, como por exemplo se referir

⁶ Hidra de Lerna, de acordo com a lenda e conforme a mitologia grega, era um monstro de água terrível e implacável que fazia parte do submundo grego. O monstro seria filho de Tifão e Equidna. Ele vivia no Lago Lerna, perto de Nafplio, na Argólida - o que equivalente hoje à costa leste da região do Peloponeso. A Hidra teria um corpo de dragão, com várias cabeças de serpente. Diz a lenda que as cabeças da Hidra detinha a capacidade de regeneração. Há versões pelas quais, quando se cortava uma cabeça, cresciam duas em seu lugar. Ver mais em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/mito-da-hidra-de-lerna/>.

ao cabelo das meninas negras como “fedido”, com “aparência de palha de aço” ou dizer que são “duros”, quando não recebem o devido tratamento, qual seja, orientação às pessoas agressoras, mesmo que e, sobretudo quando, ainda crianças, quanto ao respeito às diferenças, causam marcas dolorosas que estigmatizam e interferem nos relacionamentos sociais, conforme demonstrado no Modelo de Ameaça por Estereótipo de Toni Schmader, Michael Johns e Chad E. Forbes (2008), modelo muito influente na Psicologia Social. O modelo se concentra em como os membros de grupos estigmatizados e ou grupos tradicionalmente discriminados podem (inconscientemente) se comportar quando os estereótipos negativos relacionados com a sua participação no grupo se tornam salientes em um determinado contexto, normalmente no sentido de que confirmem traços negativos dentro desse estereótipo. Estes estereótipos negativos prejudicam, portanto, o desempenho em tarefas cognitivas e sociais.

Eu não sou racista, mas... Violência simbólica e seus mecanismos de exclusão

Colocar-se no mundo de forma significativa é um feito extraordinário para as pessoas negras. Mas não deveria funcionar assim. Isto ocorre porque, se por um lado há projetos em curso para fragilizar identidades que diferem do ‘modelo universalista’, de outro, a identidade negra está continuamente submetida a questionamentos e tensionada, conforme os recortes, que demonstram fragmentos de vidas, ao longo do texto. Kathryn Woodward (2012) pesquisa identidade na perspectiva dos estudos culturais. Estudos culturais acadêmicos têm por base representações como no cinema, literatura ou humanidades, enfatizam noções de branquidade como normatividade hegemônica, o que funciona como um ‘olho branco’ invisível que, apesar de estar ‘sempre fora do quadro’, pode ver e se posicionar sobre tudo dentro dele, afirma Stuart Hall (1981, p. 39).

Para Woodward (2012) a identidade é relacional, assinalada por diferenças simbólicas, sociais e materiais. As desigualdades presentes no contexto brasileiro demonstram como a origem das pessoas é um fator significativo em sua identidade. As pessoas negras brasileiras descendentes dos povos africanos estão em condições injustas e desumanas desde os sequestros, naquele continente. Ou seja, tratamos de identidades que são comprometidas pelos preconceitos e exclusões desde a própria concepção, ou seja, na origem. Os sistemas classificatórios já tentam determinar, desde cedo, o “lugar

das pessoas negras”. No caso das mulheres negras, “nas cozinhas”. Contudo, os embates por autodefinição, empreendidos, sobretudo pelas mulheres negras, já não admitem fixação nas imagens de controle que as subjugam. É bem verdade que esta não é a realidade da maioria das mulheres negras. Graças ao projeto colonialista, um contingente muito grande ainda se encontra em situação de vulnerabilidade.

Sobre a construção e manutenção de identidades Woodward (2012, p. 14) junta mais elementos para refletir quanto a relevância da análise dos sistemas classificatórios, para as diferenças e as exclusões sociais:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais [...]. Algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas; por exemplo, a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero.

Para as autoras é importante ainda incluir as diferenças, fruto das construções raciais. Grupos não dominantes têm envidado esforços para transformar a realidade perversa imposta à população negra. Essa movimentação dá novos contornos e evidencia o já visível e perturbador racismo (ou preconceito de cor), nas nuances em que têm se apresentado. Também é possível apostar que novas lentes, como o olhar das mulheres negras deixadas às margens, têm fornecido propostas sustentáveis de transformação. Toda a mobilização de enfrentamento por parte das mulheres negras tem encontrado resistências contrárias daquelas e daqueles que advoga em favor de uma meritocracia que não considera as diferenças de oportunidade.

Diante do exposto é possível inferir que o país está dando saltos regressivos amparados por ‘mitos’. Os mitos da meritocracia e o da democracia racial, funcionam como instrumento ideológico que legitimam as desigualdades e forçam para deter a transformação, mediante, por exemplo, de colagens de etiquetas étnicas depreciativas em pessoas negras. Eles permeiam as argumentações que ancoram as estruturantes desigualdades que marcam e caracterizam o país. A consciência destes fatos precipita várias reflexões. Uma delas é: diante das importantes dificuldades na base, existe alguma condição de se falar em condições de acesso à educação, por exemplo, ou ao mercado de

trabalho no Brasil, tendo como base o conceito de meritocracia? Ou seja, como cobrar, por exemplo, das mulheres negras que saiam da condição de beneficiárias dos projetos assistencialistas, considerando os esforços e atributos individuais, em um contexto marcado por impedimento? Inclusive de estarem vivas! Avaliamos que seja impossível para um país com tamanhas desigualdades, cobrar das pessoas de forma generalizada uma mesma situação de êxito. O ponto de partida é, de forma descomunal, desigual. Se tomarmos como base tão somente a questão da falta de representação e de representatividade, imposta à população negra, teremos aqui um complicador importante para essa cobrança com base no mérito. Para além dos impedimentos racistas, em geral, uma pessoa não pode desejar ser ou estar onde não há registros de existência, onde não há referencial.

Como afirma Albert Bandura (1977), ao descrever a Teoria da Aprendizagem Social, ao longo de suas vidas, as pessoas internalizam modelos que destacam como referências, quais sejam: os pais ou responsáveis, no ambiente familiar, personagem de TV, amigos reais e até mesmo os virtuais, também retêm referências de ambientes formais de ensino, dentre outros. No caso da população negra, referentes nos espaços de poder e tomada de decisão são mínimos. Em várias circunstâncias nós não encontramos referenciais que nos sirvam como metas a perseguir.

Esse contexto pode ser particularmente danoso para o Brasil, país onde as pessoas, conforme Guimarães (2004), têm “preconceito de ter preconceito”. A negação do comportamento inviabiliza possibilidades de mudança. Assim, os mitos da democracia racial e da meritocracia seguem excluindo, matando e agindo como barreiras que impedem a ação, a reação e a discussão aberta do preconceito. Portanto, a transformação do contexto excludente nacional. O que influencia na condição de vida da população como um todo. “Somos todos brasileiros”, de certo, alguns são mais do que outros! É o que o racismo cordial brasileiro nos informa. Informa para quem quiser ver. Uma pena que um contingente grande insiste na miopia.

O exemplo de comportamento que concorre para a manutenção de preconceitos e exclusão é a persistência da ausência de pessoas que orientem investigações e instrumentos de pesquisa que levantem a cor da pele e somem a auto declaração com propósitos mais abrangentes. Este fazer, conforme destaca Simon Schwartzman (1999), para além de tentar medir ou quantificar as características biológicas da população, tais

como: a diversidade social, cultural e histórica presente no país, tentam compreender sobre o conjunto de circunstâncias relacionadas às avenidas identitárias opressoras e seus desdobramentos. Pesquisas com tal encaminhamento estão comprometidas com respostas a diferenças importantes de condições de vida, oportunidades e eventuais problemas de discriminação e preconceito. O sociólogo argumenta: “... no Brasil, ao contrário, a cor da pele, mais do que sua origem, definiria as pessoas socialmente — e serviria de base para preconceitos e discriminações”. Isto nos coloca diante de um novo dilema: precisamos da informação e precisamos ter cuidado acerca de essas informações são utilizadas. Sob risco de uso para, outra vez, excluir.

A manutenção da falácia do Brasil como uma democracia racial somente serve aos objetivos de solidificar a opressão racial, serve também como uma das bases fundamentais para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil. Melhor seria considerar seriamente a proposta de Guimarães (2002, p. 20), quando propõe: “a ‘democracia racial’ precisaria hoje ser apenas democracia, que inclui a todos sem menção a raças. Estas, que não existem, fariamos melhor se não as mencionássemos em nosso ideal de nação, reservando o seu emprego para denunciar o racismo”.

Ao longo dessa produção, para além de apresentar opressões cotidianas as quais estão expostas as mulheres negras, relacionamos os argumentos nos quais se apoiam frentes hegemônicas para excluir. Em comum para todas as circunstâncias inferiorizantes e discriminatórias mencionadas aqui é a condição sufocante das mulheres negras. Por qualquer caminho que tomem, a maioria delas não muda de vagão no trem social. A perspectiva de transformação da condição de vida da maioria da população do país, as mulheres negras, passa pelo olhar digno para com essas mulheres. E não se trata de um pedido, mas o reconhecimento da força de trabalho e de intervenção social para o Bem Viver. Nós agimos diariamente para o desenvolvimento do país, como um todo, ainda que não sejamos vistas ou respeitadas como tal. Não será possível constatar crescimento se continuamente uma parte da população é empurrada para dentro de cavernas. Lhes são impostas, de forma destruturante e grotesca que se encolham e sumam. Contraditoriamente, se convoca a estas mesmas mulheres excluídas para fazer girar as rodas que geram combustível para alimentar os privilégios.

A manutenção dos mitos da meritocracia e da democracia racial é algo que impressiona, seja pela capacidade de se renovarem e permanecerem consolidados,

contrariando tudo que se vê, ouve e vive neste país. Seja pelo descaramento, a permissividade e a impunidade das pessoas que honrando seus pactos narcísicos de branquitude, se protegem, conforme assevera Maria Aparecida da Silva Bento (2022). Ainda assim, nunca mais será possível calar, diante das tentativas de fixar as mulheres negras no lugar da animalidade. As ‘coleiras’ que utilizaram durante os processos escravistas serão utilizadas para prender embustes, como o exemplo que não dirigiu o país nos mais longos quatro anos da nação frente, qual seja, de 2018 a 2022. São quadros que dão conta das inadequações do querer hegemônico frente às construções elaboradas pelas mulheres negras para o Bem Viver. Não somos apenas resilientes, somos sementes sempre prontas para germinar.

Do exposto, prevalece, em todo o Brasil, reforçada com a estrutura política atual, uma expectativa assimilacionista, que além de desejar, orienta para que pessoas negras desapareçam, com um forte anseio de branqueamento progressivo da população. Uma das principais condições para mudança deste contexto é a presença negra na esfera política. Imagino que, para tanto, é preciso promover re-existências ao acolher ao Quilombismo, de Maria Beatriz Nascimento (2002). Nesta, com a necessária afirmação humana, ética e assume o comando da própria história” (p. 264). Pela qual, nós pessoas negras, e sobretudo, as mulheres negras, “integra uma prática de libertação”. Para tanto, será necessário forjar novos instrumentos, que rejeitem a construção de hierarquias que orientam para as distinções entre as pessoas, como durante a escravização, que desmontem as estruturas voltadas para manutenção da colonialidade. Como nos convoca Beatriz Nascimento (1942-1995), falaremos por nós mesmas e a partir dos nossos quilombos, fazendo de cada corpo-território uma precipitação de mudança e revolução.

Esperamos que nossa escrita proporcione ansiar por dias menos densos, por contato com a natureza e a alegria do gingar. Que nós mulheres negras possamos nos ver, ver umas as outras, se cuidar e ressignificar a leitura de amor, a começar, pelo amor próprio de forma continuada. Que haja vida para viver! Processos que devem começar a partir delas e com ou entre elas. Que possamos somar para conectar mulheres negras com a própria afetividade, ao transformar o contexto duro e difícil que experimentamos na nossa experiência de humanidade, qual seja, em bases amorosas e leves de conduzir a vida, conforme nos ensinam a ancestralidade. As quais honramos ao desobedecer e viver.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. – São Paulo : Sueli Carneiro : Editora Jandaíra, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2018.

AGÊNCIA BRASIL. AgênciaBrasil. [ebc.com.br](https://agenciabrasil.ebc.com.br). **Negras são 28% dos brasileiros, mas têm baixa participação política.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>. Acesso em: 29 out 2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Agência de Notícias IBGE (2021). **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em: Acesso em 27 ago 2021.

Agência IBGE Notícias (2021). **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 25 abril 2021.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira.** São Paulo: Editora Senac, 2000.

BANDURA, Albert., Bandura, A. **Social learning theory.** *Englewood Cliffs*, NJ: Prentice Hall, 1977.

BARBOSA, Livia. **Meritocracia e sociedade brasileira.** *Pensata. Revista de Administração de Empresas.* 54 (1) • Fev 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rae/a/C474BqZtDmvLxcxNtQR38Vg/>. Acesso em: 29 out 2023.

BAIROS, Luiza. DOSSIÊ: Raça e Democracia nas Américas - Luiza Bairos (Org.). **CADERNO CRH**, Salvador, n. 36, p. 13-18, jan. /jun, 2002.

BAIROS, Luiza. "Lembrando Lelia Gonzalez". Em WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras. Nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.



BENTO, Maria Aparecida da Silva Bento. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras. 2022.

BRASIL DE FATO. Brasil de Fato. **Um ano do caso Miguel: patroa que deixou criança cair do 9º andar segue sem punição**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/02/um-ano-do-caso-miguel-patroa-que-deixou-crianca-cair-do-9-andar-segue-sem-punicao>. Acesso em: Acesso em 27 ago 2021.

BRASIL DE FATO. **Morte de homem negro asfixiado por policial nos EUA gera indignação internacional**. <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>. Acesso em: Acesso em 27 ago 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

Carneiro, S. O matriarcado da miséria, por Sueli Carneiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>. Acesso em 28 out 2023.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARNEIRO (2020). **Esperamos justiça, diz pai de homem negro morto no Carrefour**. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/esperamos-justica-diz-pai-de-homem-negro-morto-no-carrefour/> Acesso em 27 ago 2021.

CNN Brasil. **Com isolamento social, Brasil registra um feminicídio a cada 6 horas e meia**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-isolamento-social-brasil-registra-um-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia/>. Acesso em 28 out 2023.

CORREIO. **Caso Atakarejo: ordem para matar tio e sobrinho foi dada pelo tráfico, diz delegada**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/caso-atakarejo-ordem-para-matar-tio-e-sobrinho-foi-dada-pelo-trafico-diz-delegada-0721>. Acesso em 29 out 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html> Acesso em 31 ago 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**: DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 248 p., 2016.



EDUCA.IBGE. **Conheça o Brasil - População COR OU RAÇA.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>
Acesso em 29 out 2023.

EL PAÍS. **Execução sádica de tio e sobrinho em Salvador atrela, outra vez, um hipermercado a racismo que mata.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-01/execucao-sadica-de-tio-e-sobrinho-em-salvador-atrela-outra-vez-um-hipermercado-a-racismo-que-mata.html>. Acesso em 27 ago 2021.

EVARISTO, Conceição. **CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”**, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 24 out 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

GELEDÉS. **Mulheres negras são maioria, mas ainda sofrem com preconceito.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sao-maioria-mas-ainda-sofrem-com-preconceito/>. Acesso em: 29 out 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244, 1984.

GROSGOUEL, Ramón. *“The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality”*, in William Robinson; Richard Applebaum (orgs.), **Critical Globalization Studies**. London: Routledge, 2005.

IPEA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça no Brasil em 20 anos.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10- Acesso em 27 ago 2021.

CONCEIÇÃO EVARISTO – **“A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”**. Itaú Social, 2021. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em 29 ago 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** Revista de Rev. Antropol. 47 (1). 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.



HALL, Stuart. *The whites of their eyes: Racist ideologies and the media*. In G. Bridges & R. Brunt (Eds.), *Silver linings: Some strategies for the eighties*. London, UK: Lawrence & Wishart, p. 28-52, 1981.

LAKOFF, Robin. *Language and Woman's Place*. Language in Society. Published by: Cambridge University Press, Vol. 2, No. 1 (Apr., 1973), p. 45-80. Disponível em: https://web.stanford.edu/class/linguist156/Lakoff_1973.pdf. Acesso em 29 ago 2021.

LETRAS. **Miséria**. Arnaldo Antunes / Paulo Miklos / Sérgio Britto. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/titas/48984/>. Acesso em 29 out 2023.

METRÓPOLES. **Empregadas têm sido obrigadas a ficar na casa dos patrões na pandemia**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/empregadas-tem-sido-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-na-pandemia>. Acesso em: 20 out 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo** / Adilson Moreira. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 232 p., 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**, Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976.

REIS, Dyane Brito. **A Marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”**, segundo relatos de policiais militares Américas - Luiza Bairros (Org.). CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan./jun, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil**. Novos Estudos, n. 55, p. 83-96, nov., 1999.

SCHMADER, T., JOHNS, M., & FORBES, C. An integrated process model of stereotype threat effects on performance. *Psychological Review*, 115(2), 336-356. doi:10.1037/0033-295X.115.2.336, 2008.

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério da Cidadania. **Responsável familiar é mulher em 81,6% dos lares que recebem o Auxílio Brasil em setembro**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/responsavel-familiar-e-mulher-em-81-6-dos-lares-que-recebem-o-auxilio-brasil-em-setembro>. Acesso em 29 out 2023.

SILVA, S. M. C. **Buscando ar**. Revista Feminismos. Vol.9, N.3/Vol.10, N.1, set/2021 – abr/2022 www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932



SILVA, S. M. C. **Pretas: lutos e afetos.** Revista Feminismos. www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932 Vol 10, N.2 - maio – dez/2022 e102220131

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro.** RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - CCHLA • Vol. 4 • nº 12 • dezembro de 2005 • ISSN 1676-8965 • 265, 2005. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>. Acesso em: 29 ago 2021.

SIMMEL, Georg. **On Individuality and Social Forms.** Editora:chicago press, 1971.

SINGER, M. AIDS and the health crisis of the U.S. urban poor; the perspective of critical medical anthropology. Soc Sci Med 39:931-48, 1994.

SINALID. Disponível em:
<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/comissoes/comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais/sinalid/dados-e-estatisticas>. Acesso em: 29 out 2023.

SOF - Sempre Viva Organização Feminista (2020). **Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia.** Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/> Acesso em: 25 abril 2021.

MOSÉ, Viviane. **Poema Preso** – Viviane Mosé. Disponível em:
<https://quiabodoido.com/cultura/poema-presos/> Acesso em 29 ago 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo,** 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/78> Acesso em 28 ago 2021.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 6. ed. Petrópolis: Vozes. P. 1-20, 2012.

